

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

## RESUMO

O presente artigo apresenta contribuições autoetnográficas por meio de um breve relato da trajetória enquanto universitário transgênero do curso de Psicologia, residente e estudante na região da Serra da Ibiapaba, no estado do Ceará. O texto narra os desafios enfrentados ao longo do processo de transição social de gênero enquanto ainda em formação acadêmica, destacando a relevância de acessar conhecimentos que fortaleceram a compreensão sobre o direito de existir e ocupar espaços sociais de maneira legítima. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a autoetnografia como metodologia, articulando a experiência vivida com fundamentos teóricos da Psicologia Social e Comunitária. Nesse percurso, busco compartilhar os caminhos trilhados para alcançar uma saúde mental de qualidade, valorizando a rede de apoio comunitária e os impactos positivos no cuidado e na construção subjetiva. A fundamentação teórica aborda os conceitos de identidade de gênero, transgeneridade, saúde mental e práticas psicossociais comprometidas com os direitos humanos. A proposta convida o leitor a refletir sobre a potência dos relatos autoetnográficos como forma legítima de produção de saber e resistência à normatividade cisgênera. Ao entrelaçar vivência pessoal e produção científica, este trabalho reafirma a importância de reconhecer pessoas trans como protagonistas de suas histórias e sujeitos ativos na construção de uma Psicologia mais ética, plural e inclusiva.

## PALAVRAS-CHAVE

Transmasculinidade. Identidade de Gênero. Saúde Mental. Psicologia Social Comunitária.

## ABSTRACT

This article presents autoethnographic contributions through a brief account of the author's trajectory as a transgender university student in the Psychology program, residing and studying in the Serra da Ibiapaba region, in the state of Ceará, Brazil. The text narrates the challenges faced throughout the process of social gender transition while still in academic training, highlighting the relevance of accessing knowledge that strengthened the understanding of the

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

right to exist and to legitimately occupy social spaces. The research is qualitative in nature and adopts autoethnography as its methodological approach, articulating lived experience with theoretical foundations from Social and Community Psychology. Along this path, I seek to share the routes taken to achieve quality mental health, valuing the community support network and its positive impacts on care practices and subjective construction. The theoretical framework addresses the concepts of gender identity, transgender identities, mental health, and psychosocial practices committed to human rights. The proposal invites readers to reflect on the power of autoethnographic narratives as a legitimate form of knowledge production and resistance to cisgender normativity. By intertwining personal experience and scientific production, this work reaffirms the importance of recognizing trans people as protagonists of their own histories and as active subjects in the construction of a more ethical, plural, and inclusive Psychology.

## **KEYWORDS**

Transmasculinity; Gender Identity; Mental Health; Community Social Psychology.

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

## INTRODUÇÃO

Falar sobre a própria história é, por vezes, um ato de coragem. Mais do que relatar acontecimentos, é permitir que experiências ganhem corpo, voz e sentido dentro de um mundo que de modo constante insiste em silenciar o que não compreende ou não deseja enxergar. Quando se é uma pessoa transmasculina em processo de transição social de gênero, esses silenciamentos se multiplicam no convívio familiar, nas instituições de ensino, nos serviços de saúde e nas ruas. Este trabalho nasce, então, da urgência de romper esses silêncios e de afirmar que as narrativas trans importam, principalmente quando falamos de saúde mental.

Desse modo, a proposta aqui apresentada parte de uma pergunta fundamental: De que forma o relato autoetnográfico de pessoas trans contribui para o enfrentamento dos desafios da transição social de gênero e para a promoção da saúde mental? Para respondê-la, assumo uma perspectiva autoetnográfica que coloca em evidência minha vivência como homem trans e estudante de Psicologia. Meu percurso é, ao mesmo tempo, pessoal e coletivo: o que escrevo sobre mim diz também sobre muitos outros que compartilham dores, medos, estratégias e resistências no cotidiano da transgeneridade.

Ao construir este relato, não me limito ao âmbito individual. Com base na Psicologia Social e Comunitária, compreendo que o sujeito está sempre em relação com o seu contexto. A identidade de gênero, longe de ser uma essência estática, é um processo vivo, situado e atravessado por forças sociais, políticas, afetivas e históricas (Bento, 2006). Nesse sentido, este trabalho pretende articular minha trajetória com discussões teóricas que envolvem os conceitos de identidade de gênero, transgeneridade, saúde mental e os princípios ético-políticos da atuação comunitária em Psicologia.

Escolher a autoetnografia como metodologia é, portanto, uma decisão tanto epistemológica quanto política. Ao escrever a partir do meu lugar, valorizo a experiência como uma fonte legítima de produção de conhecimento, reconhecendo que a vivência é também teoria encarnada. Essa abordagem dialoga com autoras e autores que afirmam que o saber não é

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

neutro, especialmente no que diz respeito a corpos dissidentes, frequentemente patologizados, invisibilizados ou reduzidos a estatísticas. Aqui, ao contrário, a experiência assume um papel central, revelando sua complexidade e potência.

A fundamentação teórica deste trabalho se apoia em quatro eixos principais: identidade de gênero, transgeneridade, saúde mental e Psicologia Social e Comunitária. Entendo a identidade de gênero como uma construção social e subjetiva, que não se limita à cisnormatividade. A transgeneridade é reconhecida como uma expressão legítima e diversa das vivências de gênero. Discutirei os impactos da transfobia estrutural na saúde mental de pessoas trans, assim como as formas de resistência e reinvenção subjetiva que emergem desses contextos.

A Psicologia Social e Comunitária é convocada aqui como um campo crítico de atuação, comprometido com os direitos humanos, a escuta sensível e o fortalecimento de redes de cuidado coletivo. O objetivo deste trabalho é apresentar um relato dos caminhos que trilhei em busca da saúde mental durante meu processo de transição social de gênero. Considerarei as múltiplas dimensões dessa jornada: o acolhimento (ou a falta dele) nas instâncias institucionais, os atravessamentos subjetivos, os afetos construídos com outros corpos trans, o acesso (ou a ausência) de redes de apoio e a constante reinvenção de si.

A metodologia adotada é qualitativa, alicerçada na autoetnografia, visando emergir uma leitura situada, comprometida com os direitos humanos e a transformação social. Durante o curso de Psicologia, meu primeiro contato com o termo "transgênero" ocorreu na disciplina de Antropologia Humana, o que, aliado ao meu interesse pela Psicologia da Sexualidade, me levou a investigar mais sobre o assunto. Sendo um morador do interior, enfrentei preconceitos intensos que dificultaram a compreensão da minha identidade de gênero e do meu lugar na sociedade.

Com o apoio de uma rede de profissionais, colegas, professores e familiares, encontrei novas possibilidades de vida. O suporte psicológico durante minha graduação foi fundamental para enfrentar as dificuldades da minha trajetória. Sinto um desejo profundo de compartilhar

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

essa experiência, para que mais indivíduos possam entender a importância de tratar esses assuntos com respeito, dignidade e atenção. Este trabalho busca, portanto, contribuir para o debate acadêmico e profissional sobre práticas em Psicologia voltadas à população trans, promovendo uma abordagem ética, acolhedora e fundamentada nas vivências reais.

Ao narrar minha experiência, espero ajudar na construção de práticas psicológicas que reconheçam as especificidades da vivência trans, sem reduzi-la a uma mera categoria diagnóstica.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Transgênero x Cisgênero

Para compreender melhor os impactos dos processos de transição social de gênero na saúde mental de um indivíduo, é necessário conhecer algumas terminologias e formas de expressão usadas dentro da comunidade transgênera. Essas distinções ajudam a identificar demandas que podem atravessar diversas áreas, não apenas a da saúde. Ao considerar a sexualidade dentro da Psicologia como um espectro que se distribui de várias formas e intensidades diferentes, entende-se que a questão da sexualidade pode passar por transformações que são percebidas sob olhares físicos e sociais em um indivíduo em construção.

Primeiro, busca-se entender a origem dessa diferenciação corporal, tendo em vista que, durante muitos séculos, no Brasil, certos fenômenos foram considerados padrões sociais adoecedores, influenciados pela construção cultural do país, também permeada pela censura e a ditadura militar em momentos históricos específicos, conforme apontam estudos da Psicologia Histórico-Cultural (Campos, 2017).

O termo “Cisgênero” refere-se à condição das pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, em função da equivalência fisiológica e da norma socialmente construída para essa vinculação (Jesus, 2012). Assim, uma pessoa que nasceu e foi designada

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

como homem, ou nasceu e foi designada como mulher, é considerada cisgênera. Ao considerar também como essas pessoas se sentem socialmente, surgem novas discussões sobre identidades de gênero que não podem ser representadas apenas por esse conceito, entre as quais o termo “Transgênero” é uma das mais relevantes.

O termo “transexual” começou a ser empregado por volta dos anos 1920 (Rodvalho, 2017). Devido à falta de informações, as pessoas transexuais frequentemente eram patologizadas. Posteriormente, as ciências sociais ressignificaram essa temática, afastando-se da visão patológica. O termo atualmente aceito, pós-despatologização, para se referir a esse grupo é “transgênero”, que se refere a uma identidade que não corresponde ao órgão genital de nascimento, resultando em um conflito subjetivo, evidenciado na forma como a pessoa se identifica e é identificada pela sociedade, seja como masculino ou feminino (Jesus, 2012).

Embora a questão tenha sido inicialmente abordada apenas sob uma perspectiva biológica e patológica, ao longo dos anos tornou-se evidente que se trata também de uma questão de saúde mental. Outros autores aprimoraram essa discussão. Um exemplo marcante é a afirmação: “O transgênero não é definido pela genitália, mas pela identificação do corpo e como ele se percebe” (Lanz, 2014). De acordo com essa linha de pensamento, ao longo dos anos, as pessoas transgêneras foram alcançadas por leis e diretrizes que visam sua integridade física, mental e moral.

Isso se deu, entre outras coisas, através das resoluções do Conselho Federal de Psicologia, a partir de 22 de março de 1999, com atualizações que refletiram as lutas por direitos em 2018. A resolução de 1 de janeiro estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis (CFP, 2018).

## 2.2 Orientação Sexual X Identidade de Gênero

Há muitas formas de expressão que se ramificam nesse processo, como as identidades trans-masculinas, trans-femininas, não-binárias, entre outras. Cada experiência pessoal é

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

subjetiva, portanto acredito que essas vivências nem sempre irão caber em rótulos e nomeações específicas.

Observo na convivência dentro da comunidade trans que podemos até, dentro dessa experiência de viver nos corpos considerados fora da binariedade, que só cabem homem e mulher (do ponto de vista do padrão social), nos identificar com mais de uma dessas denominações ou nenhuma delas como é o caso das pessoas agênero, já as pessoas de gênero fluido que podem ser tais como as pessoas bigênero, são atravessadas por várias formas dessas expressões de gênero ao decorrer de suas vidas.

Estamos em mudanças constantes, então muitos de nós não nos sentimos representados dentro dessas “classificações” que na verdade mais nos afasta do que unifica em prol de um propósito maior que envolve o olhar humanizado do cuidado em saúde, quando nos colocamos em “caixinhas” específicas dificultamos ainda mais esse acesso às nossas identidades, quando estamos próximos uns dos outros com nossas vivências favorecemos o cuidado a vida e essa identidade se encontra e se fortalece em sua subjetividade com condições mais favoráveis com relação ao que já têm se enfrentado ao longo dos séculos com os apagamentos.

O que pode auxiliar nessa unificação no sentido de cuidado integral e de qualidade no acompanhamento dessas variadas formas de expressões, é a postura profissional do psicólogo e dos demais profissionais da saúde, que devem proporcionar acolhimento e espaço para o desenvolvimento dessas pessoas, destaco o olhar para os profissionais nesse sentido, pois enquanto pessoa trans que se utiliza dos recursos e serviços de saúde, como profissional da área e futuro Psicólogo, acredito que o auxílio do conhecimento e o respaldo que tais profissionais carregam na sociedade podem gerar grandes contribuições não só para o acolhimento das pessoas transgêneras em si, mais também para a desconstrução de ideias do senso comum que favorecem o preconceito de forma geral.

Assim, é necessário considerar as identidades de gênero, com foco neste artigo nas pessoas trans-masculinas, que são pessoas transgênero, mais também que se identificam especificamente com a forma de expressão considerada socialmente masculina. Para isso,

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

diferenciar a identidade de gênero da orientação sexual é essencial para entender melhor a importância de cuidar da integridade das identidades no estudo e na prática científica do profissional da psicologia. “Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificado como homem ou mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivo-sexual por alguém de um ou mais gêneros” (Jesus, 2012).

Dessa forma, embora orientação sexual e identidade de gênero possam comunicar-se em alguns aspectos, não é uma regra que um depende necessariamente do outro para existir e se relacionar. Nesse sentido, pessoas transgêneras podem se identificar em sua vida afetivo-sexual de maneira semelhante às cisgêneras, como heterossexuais, lésbicas, gays e outros. (Jesus, 2012).

Talvez essa confusão seja causada também pela forma como se costuma ver as letras que representam a comunidade LGBTQIAP+ que misturam identidade de gênero por exemplo na letra “T” que representa pessoas trans, travestis, e outros com orientação sexual como o “L” e o “G” de pessoas lésbicas e gays, é de costume que se usem essas letras todas juntas para representar uma comunidade inteira composta de inúmeras diversidades, sem compreender a real dimensão ou significado de cada uma dessas letras.

Em outro momento citava-se apenas comunidade LGBT, porém com tantas expressões de gênero e diversidade nas expressões afetivas atualmente também se fez necessário adicionar algumas letras como “Q” para pessoas Queer, “I” para pessoas intersexuais, “A” para pessoas assexuais, “P” referente a pessoas pansexuais e o símbolo de adição (+) para deixar a ideia de que existem outras formas de expressões tanto de gênero quanto de questões afetivas relacionadas a orientação sexual (Facchini, 2009).

## 2.3 Desafios Enfrentados pela População Transgênera

Considerando os conceitos abordados, é importante analisar a saúde mental da população trans e entender como se dá a construção do sofrimento na comunidade. Esse sofrimento é gerado por uma estruturação social e não resulta apenas do fato de uma pessoa

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

nascer transgênera. Assim como para as pessoas cisgêneras, nascer cis não é sinônimo de adoecimento ou sofrimento. Em uma matéria divulgada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em novembro de 2015, que investigou dados entre janeiro de 2008 e março de 2014, foi observado um número alarmante de 604 mortes de travestis e transexuais no Brasil.

A maioria dos sujeitos vitimizados por essa situação social revela um grande caminho de impossibilidades para o envelhecimento, uma vez que suas vidas não costumam ultrapassar os 35 anos de idade (Chaves, 2017). Esses dados ilustram a dimensão do problema social e as condições de dignidade que essas pessoas enfrentam, que incluem uma luta constante por condições básicas de sobrevivência. Essa luta muitas vezes impede um aprofundamento nas questões de saúde mental, resultando em inseguranças, apagamentos e falta de acesso a saúde de qualidade.

Saraiva (2024), em seu livro, discute sobre a transgeneridade e os atravessamentos da neurodiversidade, citando que transtornos como o autismo estão sendo observados com maior frequência nas populações transgêneras e não-binárias. Apesar da falta de estudos concretos, muitas pesquisas ainda estão em fase de hipóteses, é crucial que os profissionais de psicologia se atentem a esses fenômenos. Isso permitirá uma compreensão mais ampla da saúde mental dessas populações, além de focar apenas nas necessidades básicas de sobrevivência, como higiene, alimentação, emprego e moradia segura.

## **2.4 Contribuições da Psicologia para a comunidade Transgênera**

Desde 2011, ações a favor da despatologização das identidades trans fazem parte da agenda do Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Comissão de Direitos Humanos (Sousa & Cavalcanti, 2016). O CFP (2013) orienta que psicólogas(os) busquem respaldo teórico por meio de estudos culturais sobre gênero e sexualidade, de forma a superar práticas heteronormativas em seu exercício profissional.

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

As cartilhas sobre Psicologia de Gênero do próprio CFP, assim como artigos específicos do Código de Ética e outras resoluções, destacam a obrigatoriedade do profissional de psicologia em auxiliar na superação e no combate de situações de preconceito relacionadas à sexualidade. Ao acolher o sofrimento de maneira intersubjetiva, social e institucional, a própria existência da pessoa que sofre adquire sentido.

Dessa forma, a pessoa pode transcender as limitações impostas por uma cultura conservadora. É importante ressaltar que preconceito e discriminação são variáveis socioculturais significativas para compreender os processos de saúde e os padecimentos psicológicos vivenciados por essas pessoas (Bagagli, 2018). Diante disso, é pertinente considerar as contribuições já efetivas da psicologia, tanto em pesquisa quanto em redes de apoio. A psicologia, em sua diversidade de abordagens, oferece uma ampla gama de informações, práticas e vivências.

A psicologia comunitária é uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida de uma comunidade. Busca analisar o sistema de relações, as representações, as identidades e os níveis de consciência, bem como a identificação e pertencimento dos indivíduos a sua comunidade e aos diversos grupos existentes na sociedade (Góis, 1993).

Ao escolher relacionar-se com o sujeito em sua essência e particularidades, observamos muitas potencialidades a serem investigadas e trabalhadas além do contexto social. Fortalecer o senso de identidade dentro de uma comunidade que proporciona o reconhecimento de si pode gerar um movimento que dê espaço para que essas potencialidades venham à tona. Isso permite que o indivíduo tenha autonomia, segurança em sua construção social e condições necessárias para preservar sua cultura enquanto se é quem se é (Campos, 2017).

Viver abertamente e de forma fluida a experiência de compreender, aceitar e expressar a identidade de gênero também ensina a outras pessoas que existem complexidades nos gêneros que podem não ter sido consideradas. Isso facilita o caminho para gerações futuras de pessoas transgêneras viverem vidas melhores, com mais "vivacidade" e apoio, contribuindo para o

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

aumento da expectativa de vida. À medida que o senso de comunidade cresce, cada vez mais transgêneros estão decidindo viver abertamente e compartilhar suas histórias, que são singulares e especiais (Vergueiro, 2015).

Observa-se a partir dos escritos de pessoas trans, os movimentos gerados ao longo dos anos com esse legado de histórias e apagamentos que aumentam as possibilidades de respaldos sociais com alcances de movimentos comunitários existentes no Brasil, assim como o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) que apoia as políticas e causas desde sua criação em 2013, das vivências especificamente das pessoas que se entendem dentro das Transmasculinidades existentes. Esse amparo social proporciona segurança no direito de existir da pessoa transgênera.

Hoje, esses grupos estão respaldados pela Lei n. 7.719/89 e, conforme o STF (2019), a LGBTfobia é crime no Brasil. Esse tipo de preconceito, que inclui atos de segregação, violência e agressão física ou verbal contra a comunidade LGBTQIAPN+s, é reprimido. A letra "T" refere-se diretamente às pessoas transgêneras e abrange diversas travestilidades. O Código da Constituição Federal Brasileira ampara, respalda, acolhe e assegura qualquer expressão ou orientação de gênero, consagrando o direito à existência dentro das identidades como um direito de todo indivíduo.

Diante dessas contribuições teóricas, ao correlacionar os conceitos e refletir sob a perspectiva autoetnográfica, é necessário discutir o direito de existir em relação à vivência da transgeneridade. A atual existência da comunidade trans e sua atuação têm proporcionado alívio a determinados sofrimentos e fortalecido o senso de si. É fundamental reconhecer a noção de identidade pessoal como um direito que todos possuem e devem experimentar. Assim, busca-se uma saúde mental de qualidade e um cuidado com o corpo que se estende ao longo de toda a vida, merecendo o devido reconhecimento científico e social.

Desse modo, a autoetnografia, ao ser compreendida como prática situada e relacional, possibilita articular a experiência singular às dimensões coletivas e comunitárias que atravessam a constituição subjetiva. Em diálogo com a Psicologia Social e Comunitária, esse

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

método evidencia que os processos de saúde mental, identidade e pertencimento se constroem nas relações, nos vínculos e nos espaços de reconhecimento mútuo. Nesse percurso de fortalecimento do senso de identidade e pertencimento, torna-se possível ampliar o olhar da Psicologia Social e Comunitária para outros campos que também se comprometem com a produção de cuidado, memória e reconhecimento das existências dissidentes.

A museologia comunitária LGBTQIA+, conforme discutem Boita e Baptista (2023), propõe a valorização das narrativas LGBTQIA+ como patrimônios vivos, compreendendo que contar histórias, preservar memórias e legitimar trajetórias constituem formas concretas de cuidado coletivo. Ao reconhecer as vivências trans como saberes legítimos, essas práticas dialogam diretamente com a atuação da Psicologia, na medida em que favorecem a construção de espaços simbólicos de acolhimento, pertencimento e promoção da saúde mental. Assim, memória, comunidade e subjetividade se entrelaçam como dimensões fundamentais para a afirmação do direito de existir, especialmente para pessoas transgêneras que historicamente tiveram suas histórias apagadas ou silenciadas.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa, com fundamentação metodológica na autoetnografia conforme propõem Minayo (2001) e Ellis (2004). A escolha pelo método autoetnográfico partiu da necessidade de escrever sobre as subjetividades como forma de encontro verdadeiro com o outro, por meio da identificação e da escuta de si (Versiani, 2002). Nesse sentido, a escrita torna-se um exercício de construção do "eu" pesquisador, ao mesmo tempo em que revela dimensões coletivas da experiência.

A autoetnografia apresenta-se, assim, como uma alternativa potente e necessária atualmente, especialmente para pesquisadores interessados em refletir sobre a cultura a partir de si mesmos, buscando superar dicotomias tradicionais nas ciências humanas, como sujeito e objeto, individual e coletivo, subjetividade e alteridade. (Versiani, 2002). A presente pesquisa utiliza fontes secundárias, majoritariamente bibliográficas, com destaque para obras de autorxs

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

transmasculinxs e transfemininxs que adotam a escrita autoetnográfica como ferramenta política e epistemológica (Ellis,2004).

Foram consultados livros de João W. Nery e Anderson Herzer, além de artigos e produções de autorxs como Jaqueline Gomes de Jesus e Viviane Vergueiro, cujas contribuições oferecem um olhar situado sobre a vivência trans em seus múltiplos atravessamentos. Durante o processo de leitura e seleção do material, optou-se por priorizar textos que abordam experiências pessoais e reflexões sobre a saúde mental de pessoas trans, especialmente aqueles que utilizam a escrita como ferramenta crítica e de resistência.

Artigos centrados especificamente no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco em sua estrutura e atuação multidisciplinar, foram descartados por não corresponderem ao enfoque central deste trabalho, que é o impacto da vivência trans no campo subjetivo da saúde mental. O relato aqui apresentado entrelaça experiências vividas com as contribuições da comunidade transgênera, abrangendo desde fases iniciais da infância até a atual vivência acadêmica no curso de Psicologia.

Além disso, é importante destacar que a escolha pela autoetnografia exige um compromisso ético com a própria exposição e com a forma como as experiências são compartilhadas no campo científico. A escrita de si, nesse contexto, não se limita a um relato pessoal, mas se propõe como ferramenta crítica e política de análise, capaz de revelar tensões sociais, afetivas e institucionais presentes nas vivências de pessoas trans.

De acordo com Ellis, Adams e Bochner (2011), a autoetnografia é uma abordagem qualitativa que combina elementos autobiográficos e etnográficos, permitindo ao pesquisador explorar e analisar suas experiências de maneira sistemática, em diálogo com aspectos culturais e sociais mais amplos. Assim, a presente metodologia busca não apenas dar visibilidade a uma trajetória específica, mas também contribuir com a construção de saberes situados, que

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

desafiem narrativas hegemônicas e ampliem as possibilidades de compreensão da subjetividade trans no campo da Psicologia.

## 4 Conclusão

Encerrar este trabalho é reconhecer que a escrita autoetnográfica não se fecha, pois permanece viva nas experiências cotidianas e nas relações que atravessam a existência. O percurso desenvolvido ao longo desta pesquisa evidenciou que narrar a própria história não é apenas um exercício de memória, mas um ato de resistência e de produção legítima de conhecimento. A partir da vivência transmasculina em contexto interiorano, este estudo reafirma o direito de existir, ocupar espaços e construir saberes a partir da experiência vivida.

A autoetnografia possibilitou compreender a trajetória pessoal como parte de um processo coletivo, marcado por atravessamentos sociais, institucionais e comunitários. A Psicologia Social e Comunitária contribuiu para a compreensão de que a saúde mental não se constrói de forma individualizada, mas por meio do vínculo, da escuta e do fortalecimento de redes de apoio. Nesse sentido, as relações construídas ao longo da formação acadêmica e da vida comunitária foram fundamentais para ressignificar experiências de sofrimento e transformá-las em potência de vida.

A travessia narrada evidencia que viver a identidade de gênero de forma afirmada é, por si só, um gesto político, especialmente em contextos que ainda insistem em silenciar existências dissidentes. Assim, mais do que um trabalho de conclusão de curso, este texto se propõe como um convite à valorização de epistemologias que nascem da experiência, da memória e do cuidado coletivo. Conclui-se que ser é um processo em constante construção, e é nesse movimento que se torna possível afirmar a vida, a dignidade e a pluralidade das existências trans.

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

## REFERÊNCIAS

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 8, p. 133-153, 2017.

BARBODA, Tasiiane et al. As contribuições da psicologia social para discussões sobre transgênero. *TCC-Psicologia*, 2019.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Editora Garamond, 2006.

BOITA, T.; BAPTISTA, J. Museologia Comunitária LGBTQIA+ e outros ensaios queer interseccionais. Museu da Diversidade Sexual, 2023.

CANNONE, Lara Araújo Roseira. Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. E228487, 2020.

CHAVES, Leocádia Aparecida. A queda para o alto: a experiência de Anderson Herzer na construção de seu corpo, de seu gênero, de sua sexualidade. *Letras Escreve*, v. 7, n. 4, p. 59-77, 2017.

DA SILVA, Francisco André; DE MELLO, Ivana Suely Paiva Bezerra. Psicologia e a despatologização da transexualidade. 2017.

DE FREITAS CAMPOS, Regina Helena. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes Limitada, 2017.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: An overview. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 12, n. 1, art. 10, 2011. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589>. Acesso em: 5 maio 2025.

LOPES, Bernardo Mota et al. Arquivo transmasculino: uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil. 2022.

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 1992. p. 269-269.

MOIRA, Amara et al. Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. São Paulo: Astral Cultural, 2022.

NERY, João Walter; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. João W. Nery - A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 4, p. 169-178, 2015.

VERGUEIRO, V.; GEISLER, ARR. Reflexões autoetnográficas trans\* sobre saúde: invisibilizações e marginalizações sistêmicas, e resistências à patologização e normatização das diversidades de gênero. Protagonismo trans\*: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói: Alternativa, p. 106-133, 2015.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. *Letras de hoje*, v. 37, n. 4, 2002.

SARAIVA, Lucas Grion. Transgeneridade e transtorno do espectro autista: as interseções entre os divergentes. In: LUTA POR DIREITOS HUMANOS: COMUNIDADE LGBTQIAPN+. São Paulo: Editora

SENNA, Ariane. A Trajetória Acadêmica de uma Psicóloga, Mulher Trans e Negra dentro da Universidade. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 304317, 2018. ISSN 21772886

# O direito de existir: um olhar transmasculino de um universitário da serra da Ibiapaba

LUIZ HUMBERTO FERNANDES RODRIGUES

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

**Original recebido em: 05 de novembro de 2025**

**Aceito para publicação em: 16 de dezembro de 2025**